

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

GESSICA FERNANDES BRAGA

INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO
ENSINO MÉDIO.

GOIÂNIA
2021

GESSICA FERNANDES BRAGA

INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO
ENSINO MÉDIO.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito de avaliação na disciplina EFI 1612 – Monografia II, sob orientação da Prof^a Ma. Luiza de Marilac Ribeiro Cardoso.

GOIÂNIA
2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**ATA DA APRESENTAÇÃO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2021 reuniram-se na sala de apresentação 1, às 19:00 horas, a Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Orientadora: Ma. LUIZA DE MARILAC RIBEIRO CARDOSO

Parecerista: Esp. CLISTÊNIA PRUDENCIANA DINIZ

para a apreciação do Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física – LICENCIATURA, da Acadêmica:

GESSICA FERNANDES BRAGA

Com o título:

**INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DO ENSINO MÉDIO.**

Que após ser apresentado recebeu o conceito:

A

B

C

D

Coordenação do Curso de Educação Física.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família.
Em especial a minha mãe Joana
Amélia Fernandes e ao meu pai
Baltazar Caetano que sempre me
apoiaram de forma sábia, me
motivando para o crescimento pessoal.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela oportunidade de estar concluindo um curso superior, permitindo superar obstáculos ao longo do curso.

A minha mãe Joana Amélia Fernandes e ao meu pai Baltazar Caetano que me ajudaram financeiramente para que conseguisse concluir meu curso.

Às minhas irmãs Beatriz Fernandes Braga, Déborah Ruth Fernandes e Maria Isadora Fernandes por sempre estarem do meu lado.

A minha querida sobrinha Maria Vitória Fernandes e meu sobrinho Antony Fernandes que sempre me deram carinho nas horas das dificuldades.

A minha orientadora Luiza de Marilac me proporcionando ser orientada com muita sabedoria, calma e confiabilidade.

RESUMO

Tendo em vista a importância da inclusão de alunos cadeirantes no ensino regular, o presente trabalho apresenta quais são as condições e preparação necessária da escola e dos professores para receber estes alunos em escolas públicas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que utilizou como fonte de estudo livros, dissertações, teses, trabalhos e artigos científicos, sendo selecionados dez artigos e apresentados através de uma tabela. O trabalho trouxe como objetivo analisar qual é o preparo e condições necessárias dos professores e da escola para receber alunos cadeirantes em escolas públicas, além disso analisar quais são as adequações estruturais das escolas para alunos cadeirantes, considerar qual a formação dos professores de educação física para atuação com esses alunos, verificar quais são os melhores métodos para auxiliar os demais colegas a receberem e conviverem com aqueles que possuem necessidades especiais e apontar os principais obstáculos enfrentados pelos alunos cadeirantes nas aulas de educação física. Os resultados obtidos foram que apesar dos avanços na inclusão social de alunos cadeirantes, há ainda a existência de alguns desafios como a dificuldade de locomoção dos alunos em decorrência de aspectos físicos da escola, a ausência de salas com recursos multifuncionais, as dificuldades por parte dos professores que não contam com a formação continuada para o atendimento especializado e a ausência de propostas pedagógicas que incentivam a inclusão social, isto é, inserir os alunos nas escolas não significa necessariamente que as necessidades destes estão sendo atendidas, percebendo-se que a inclusão não ocorre em todas as escolas. Concluiu-se ao final deste estudo que a inclusão social de alunos cadeirantes nas aulas vem apresentando grandes avanços nos últimos anos e cada ano mais alunos são matriculados, no entanto ainda são necessárias ações mais efetivas para que a inclusão ocorra de forma total, permitindo assim a participação desses alunos e a não propagação de preconceitos e exclusão.

Palavras-chave: Cadeirantes. Educação Física. Inclusão escolar.

ABSTRACT

Bearing in mind the importance of including wheelchair users in regular education, this paper presents the conditions and necessary preparation of the school and teachers to receive these students in public schools. This is bibliographical research that used books, dissertations, theses, works and scientific articles as a source of study, with ten articles being selected and presented in a table. The work aimed to analyze the necessary preparation and conditions of teachers and the school to receive wheelchair students in public schools. Furthermore, it aims to analyze what are the structural adaptations of schools for wheelchair users, considering what training is needed. of physical education teachers to work with these students, check what are the best methods to help other colleagues to receive and live with those with special needs and point out the main obstacles faced by wheelchair students in physical education classes. The results obtained were that despite the advances in the social inclusion of wheelchair-bound students, there are still some challenges such as the students' difficulty in locomotion due to the physical aspects of the school, the absence of classrooms with multifunctional resources, the difficulties on the part of the students. teachers who do not have continuing education for specialized care and the absence of pedagogical proposals that encourage social inclusion, that is, inserting students into schools does not necessarily mean that their needs are being met, which confirms that inclusion is not it occurs in all schools. It was concluded at the end of this study that the social inclusion of wheelchair students in classes has been showing great advances in recent years and each year more students are enrolled, however more effective actions are still needed for inclusion to occur in a total way, thus allowing the participation of these students and the non-propagation of prejudice and exclusion.

Keywords: Wheelchair users. Physical education. School Inclusion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Resumo de Artigos.....	21
----------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1	Ensino médio da educação Física Escolar.....	11
2.2.1	Conceitos da educação física escolar.....	11
2.1.2	Caracterização.....	11
2.1.3	Considerações Sobre a Educação Especial – Capítulo V – art. 58 da LDB/96.....	13
2.1.4	Benefícios das aulas de educação física para cadeirantes.....	13
2.1.5	Estratégias metodológicas para inclusão de cadeirantes nas aulas de educação física.....	14
2.2	Cadeirantes.....	15
2.2.1	Conceitos.....	15
2.2.2	Principais dificuldades enfrentadas pelos cadeirantes.....	16
2.2.3	As condições de acessibilidade para os cadeirantes.....	17
2.3	Inclusão social.....	18
2.3.1	Conceitos.....	18
3	METODOLOGIA.....	20
3.1	Linha e tipo de estudo.....	20
3.2	Procedimentos e técnicas metodológicas	20
3.2.1	Técnica e Procedimento de coleta de dados.....	21
3.3	Resultados.....	21
3.3.1	Análise e Considerações.....	25
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

A educação deve ser garantida a todas as crianças e adolescentes, sendo este um direito básico, independente da necessidade do aluno. A Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) estabelece a normativa acerca da Inclusão da Pessoa com Deficiência, que tem por objetivo garantir o exercício dos direitos fundamentais, além de garantir a inclusão social das pessoas com deficiência.

Assim, diante das necessidades especiais dos alunos, estes devem ter um atendimento diferenciado, considerando as limitações e os estímulos necessários para o desenvolvimento e integração com a turma. Logo, é exigido dos professores a preparação necessária para lidar com esses estudantes a partir de embasamentos científicos e metodológicos e assim possibilitar a inclusão na educação física escolar dos alunos do ensino médio.

A educação física tem um importante papel na vida escolar do aluno, uma vez que por meio dela o aluno pode socializar, desenvolver habilidades novas, descobrir habilidades já existentes, evitar o sedentarismo, entre outros benefícios. No entanto, observa-se que um grande número das escolas, principalmente públicas, não conta com instalações adaptadas e nem profissionais preparados.

As crianças e adolescentes cadeirantes são aquelas que são acometidas por falta da sensibilidade dos membros inferiores, podendo ser em decorrência de lesões na coluna, paralisias em razão de problemas mentais ou ainda, como consequência de amputação dos membros. Sendo assim, vale ser analisada a seguinte questão: as escolas e os professores de educação física estão preparados para fazer a inclusão de alunos cadeirantes?

Neste caso, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar qual é o preparo e condições necessárias dos professores e da escola para receber alunos cadeirantes em escolas públicas.

Para isso, tem-se como objetivo específico analisar quais são as adequações estruturais das escolas para alunos cadeirantes; considerar qual a formação dos professores de educação física para atuação com os alunos cadeirantes nas aulas do ensino médio; verificar quais são os melhores métodos para auxiliar os demais colegas a receberem e conviverem com aqueles com necessidades especiais; além de apontar os principais obstáculos enfrentados pelos alunos cadeirantes nas aulas

de educação física. Observar se as normas de acessibilidade vêm sendo cumpridas nas escolas.

O interesse pelo assunto de inclusão social aumentou nos últimos anos, no entanto, ainda é pouco explorado na formação de professores e profissionais. Estes, por sua vez, enfrentam dificuldades em encontrar conteúdos e embasamentos teóricos, já que pode ser considerado um assunto recente. Segundo Costa e Souza (2014, p. 28) “o desenvolvimento do esporte para pessoas portadores de deficiência física data de 1958 com a fundação do Clube dos Paraplégicos em São Paulo e do Clube do Otimismo no Rio de Janeiro”, isto é, a educação física passou a valorizar as atividades para este público já em meados do século XX.

A escolha do tema se deu em decorrência da preocupação e da busca de uma reflexão sobre os aspectos que envolvem a inclusão social de cadeirantes, tanto na sociedade quanto nas escolas. Este fato deve ser analisado, já que a educação é um direito de todos e deve ser considerada nas aulas de educação física todas as características dos alunos, além da interação e socialização destes na prática esportiva, sendo este um importante recurso social para inclusão.

Além disso, lembranças do período escolar em que havia uma aluna cadeirante na escola que tinha dificuldades com a falta de acessibilidade tanto estrutural da escola quanto nas aulas de educação física, mesmo assim uma pessoa muito alegre e que ao vê-la exposta a situações desconfortantes, causava incômodo e comovia a muitos.

Com a finalidade de contemplar algumas respostas em relação as reflexões aqui apresentadas, tem-se no decorrer do presente trabalho na primeira seção do referencial teórico abordagens sobre os termos e definições para cadeirantes; na segunda seção serão feitas abordagens sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos cadeirantes. Na seção seguinte busca-se abordar o que é e qual a importância da inclusão social. Já na seção quatro, foi feita a abordagem dos principais benefícios das aulas de educação física para os cadeirantes, por fim na seção cinco foram discutidas as estratégias metodológicas na educação física para a inclusão destes alunos. A partir de então segue-se a metodologia do trabalho, apresentando alguns artigos científicos que contemplam os descritores aqui mencionados como inclusão, cadeirantes e educação física no ensino médio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ensino Médio da educação Física Escolar

2.1.1 Conceitos de educação física escolar

No Artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/96 está definido que,

Art. 21º. A educação escolar compõe -se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior. No parágrafo 3º do artigo 26 diz § 3º. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. LDB 9394/96.

Com respaldo na lei acima citada, afirma-se que a educação física é uma disciplina obrigatória sendo de importante para o desenvolvimento motor e cognitivo dos alunos. Sendo assim, observa-se uma interação entre a educação física e as outras disciplinas, uma vez que a educação física é capaz de promover o desenvolvimento de habilidades que serão aproveitados no dia a dia da sala de aula, como concentração, foco, disciplina, condicionamento físico, auxílio na convivência, respeito as limitações dos colegas e socialização.

Segundo Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) a educação física é responsável por enriquecer a experiência dos alunos, uma vez que permite acesso a um vasto universo cultural, que compreende conhecimento corporal, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, além disso, permite a participação autônoma em atividades de lazer e saúde.

2.1.2 Caracterização

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), as unidades temáticas podem ser divididas em seis, não tendo como pretensão a universalidade, mas sim de possíveis entendimentos das manifestações culturais que são tematizadas na Educação Física escolar. As unidades temáticas são:

- Brincadeiras e jogos: tem caráter voluntario que são realizados em um limite de tempo e espaço. É caracterizado pela existência de regras pré-definidas

entre o grupo, obediência às mesmas e a intenção de brincar e diversão. Vale ressaltar que as regras não são fixas, podendo sofrer alterações em decorrência do local e da época.

- Esportes: considera as manifestações formais e derivações destas. É caracterizado pela competição entre indivíduos ou grupos, presença de regras formais definidas e institucionalizadas por organizações. No entanto, pode ser adaptado em decorrência das necessidades de espaço, número de jogadores entre outros. Dentro da temática do esporte são apresentadas sete categorias, que são marca, precisão, técnico-combinatório, re/quadra dividida ou parede de rebote, campo e taco, invasão ou territorial e combate.
- Ginásticas: são classificadas em geral, de condicionamento físico e de conscientização corporal. A primeira diz respeito àquelas que podem ser praticadas por todos, não visando a competição. Tem como objetivo a exploração das possibilidades acrobáticas e expressivas do corpo, a troca de conhecimento e interação social. A segunda, diz respeito à exercícios orientados com objetivo de melhora do rendimento, melhora do condicionamento físico ou mudança da condição corporal, para isso apresentam sessões planejadas e para uma população específica, como gestantes ou ambientes de trabalho. Por último, a ginástica de conscientização trata da prática por meio de movimentos suaves e lentos, envolvendo a postura e respiração.
- Danças: caracteriza-se por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, podendo estar integrados a coreografias. A prática pode ser individual, em grupos ou duplas.
- Lutas: tem como objetivo as disputas corporais a fim de imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o adversário de um determinado espaço.
- Práticas corporais de aventura: praticadas em ambientes desafiadores em situações de imprevisibilidade, exige dos participantes proezas e perícias. Podem ser classificadas como aventuras na natureza e aventuras urbanas.

Vale ressaltar que as práticas corporais na escola devem ser adaptadas de acordo com o local e as possibilidades de materiais.

2.1.3 Considerações Sobre a Educação Especial – Capítulo V – art. 58 da LDB/96

O ensino da educação física segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) são divididos em ciclos. Já de acordo com BNCC (BRASIL, 2017) para o ensino fundamental pode ser dividido em dois, anos iniciais e anos finais. Os anos iniciais compreende as séries do 1º ao 5º ano, sendo dividida da seguinte forma: aprendizado de esporte, dança, brincadeiras e ginásticas nos dois primeiros anos e a partir do terceiro ano ensinadas as lutas. Já os anos finais compreende do 6º ao 9º, sendo as atividades de aventura que inseridas a partir do 6º ano.

Segundo o Capítulo V da LDB/96 a educação especial deve atender a todos os educandos portadores de necessidades especiais, na modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino. Vale ressaltar que na revisão da lei foram considerados como alunos especiais todos aqueles que apresentarem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Para que ocorra a educação especial de forma efetiva é previsto nesta lei serviços de apoio especializado sempre que necessário, ou o atendimento em escolas especializadas caso não seja possível a integração nas classes comuns. Deste modo, é assegurado a estes alunos métodos, recursos educativos, currículos, técnicas que atendam às suas necessidades, professores especializados e professores capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais.

2.1.4 Benefícios das aulas de educação física para cadeirantes

A atividade física gera inúmeros resultados positivos “tanto os indivíduos saudáveis, como para as pessoas com deficiências, como por exemplo, um condicionamento físico melhor, a redução de peso, de doenças cardiovasculares, depressão, diabetes, osteoporose” (SILVA *et al.*, 2018, p. 110).

Segundo Cidade e Freitas (1997 *apud* XAVIER, 2013, p. 40) “o Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação”. Assim, o programa auxilia na independência do aluno em suas atividades cotidianas e fora da escola, uma vez que estimula a consciência corporal e possibilidade de desenvolvimento de novas habilidades.

Para Sanchez (2000), *apud* XAVIER (2013, p. 45),

A dependência para a realização de atividades básicas da vida diária muitas vezes relaciona-se com a incapacidade funcional e, ainda, que tal dependência compromete a autonomia total da pessoa; diante disso, preconiza-se a possibilidade do exercício da autonomia de pensamento, de vontade e decisão. (SANCHEZ, 2000, *apud* XAVIER, 2013, P.45)

Independente das limitações, são necessários estímulos para esses cadeirantes se desenvolverem socialmente e de forma que as atividades físicas possam promover desempenhos e realizações, e gerar resultados, possibilidades de inclusão e de comportamentos desses alunos perante as aulas e para o seu dia a dia. Deve-se enfrentar e possibilitar aos cadeirantes a convivência em forma de entretenimento e as aulas devem contribuir em vários aspectos como os físicos e cognitivos, auxiliando na autoestima, humor e cotidiano dos alunos.

2.1.5 Estratégias metodológicas para inclusão de cadeirantes nas aulas de educação física

Para Carvalho (2010 *apud* FERREIRA, 2012, p. 10) “numa Sociedade que prima pelo padrão da normalidade, as pessoas em situação de deficiência ficam em desvantagem no processo de construção de suas identidades, porque não se enquadram com o padrão estabelecido como ideal”. Assim, geralmente são excluídas de muitas atividades sociais.

Logo, segundo Ferreira (2012, p. 14) “o professor, parte integrante deste processo, deverá ressignificar a sua prática educativa, pensar em um currículo, em um planejamento e em uma avaliação que valorize a diversidade e respeite a diferença”. Assim, o professor deve adotar práticas que envolvam o coletivo respeitando ao mesmo tempo a diversidade e intervindo quando necessário de acordo com as habilidades individuais de cada aluno.

De acordo com Zoboli e Barreto (2006 *apud* FERREIRA, 2012, p. 23) os professores “devem empenhar-se para que não haja dispensa de seus alunos, pois a dispensa nas aulas de Educação Física é ainda muito expressiva, e serve muitas vezes para o alívio do professor que não se mostra capaz de aceitar as diferenças”.

A fim de que ocorra a inclusão o professor deve estar atento às atividades e metodologias aplicadas. Assim, segundo Paula (2015) o professor pode simular

situações de deficiência com o objetivo de que os alunos reflitam sobre as limitações e capacidades enfrentadas pelos colegas cadeirantes. Além disso, ainda segundo Paula (2015) a aplicação de jogos cooperativos que estimulem o lazer e o respeito às diferenças, evitando com isso também atividades eliminatórias, reforçando sempre nos jogos as habilidades dos alunos com deficiência e tomando cuidado para não descaracterizar os jogos, já que isso pode gerar a desmotivação do grupo. Por fim, para Paula (2015) não se deve dar sequência em práticas que não permitam a valorização do aluno com deficiência, manipulando-o durante os jogos ou excluindo-o das práticas, sem valorização da autonomia e capacidade do mesmo.

2.2 Cadeirantes

2.2.1 Conceitos

De acordo com a Lei nº 13.146 no artigo 2º (BRASIL, 2015, p. 1) “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade”. Para ser considerada deficiente a pessoa deve passar por uma avaliação realizada por equipe especializada que avaliará vários aspectos, como: “impedimentos nas funções e estrutura do corpo, limitação no desempenho de atividades, restrição de participação, fatores socioambientais, psicológicos e pessoais” (BRASIL, 2015, p. 1).

Segundo Ferreira (2001), deficiência significa a escassez física ou mental. Isto é, a perda da função psicológica, física ou anatômica temporária ou permanente. Segundo a Prefeitura de Mogi das Cruzes (2021), pode-se agrupar as deficiências em quatro grupos: visual, motora ou física, mental ou intelectual e auditiva.

De acordo com Basil (2004 *apud* COSTA E SOUZA, 2014, p. 28) “a deficiência física dos cadeirantes é proveniente por comprometimentos provenientes de amputações, lesões medulares, lesões neurológicas ou estados temporários de limitação física ou motora”. Deste modo, constata-se que o cadeirante é aquela pessoa com impossibilidade ou dificuldade de deslocar-se fisicamente de forma independente, isto é, que necessita de uma cadeira de rodas.

Usuários de cadeira de rodas, segundo o Decreto n. 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004, p. 1) “são pessoas que possuem limitações ou incapacidades para o

desempenho de atividades e alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física”. Para Alencar *et al.* (2014, p. 3), pessoa com deficiência diz respeito a “pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais”.

2.2.2 Principais dificuldades enfrentadas pelos cadeirantes

As dificuldades enfrentadas pelos alunos cadeirantes são várias, dentre as principais pode-se citar a falta de acesso dentro das escolas, já que não são, em sua maioria, completamente adaptadas às necessidades destes alunos, além da falta de interação nas atividades entre esses alunos e os demais.

Segundo Brasil (1996 *apud* NOVAK, 2015, p. 34) “apesar da Declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garantir a necessidade de preparação para os agentes educacionais, o que ocorre na formação dos docentes está muito distante da prática pedagógica”. Este fato é observado principalmente em escolas públicas e do interior, já que a dificuldade de adaptação é maior, por contarem com verbas reduzidas e dificuldade em encontrar profissionais especializados.

De acordo com Rebelo (2004 *apud* NOVAK, 2015, p. 33) “as pessoas com deficiência geralmente não frequentam locais públicos por falta de acesso”. No entanto, este não é um empecilho quando há estrutura adaptada a esses alunos, logo observa-se diferença no rendimento dos alunos de escolas que são adaptadas para aqueles alunos, que não contam com facilidade de acesso.

Para Vygotsky (1997 *apud* NOVAK, 2015, p. 25) há “potencialidade e capacidade nas pessoas com deficiência, mas entende que, para seus desenvolvimentos, devem ser-lhes oferecidas condições materiais e instrumentais adequadas”. Deste modo, considera-se que não são as limitações biológicas, mas sim a forma que as mesmas interagem na sociedade, sendo fundamental o oferecimento de oportunidades e meios que permitam o desenvolvimento destas pessoas.

Como sabemos, é possível ressaltar que muitas escolas não estão adaptadas para receber alunos cadeirantes por falta de banheiros adaptados, dificuldade de locomoção pela escola, falta de elevadores, tendo como acesso só as escadas. Segundo Mendes (2006 *apud* PRIMO, 2011, p. 14), “as mazelas da educação especial

brasileira, entretanto, não se limitam à falta de acesso. Os poucos alunos que têm tido acesso não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada”.

Para Guenther (2003 *apud* NOVAK, 2015, p. 26) a inclusão “não consiste somente na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças”.

Pode-se notar que o desenvolvimento dos alunos cadeirantes trata da capacidade de se locomoverem nas escolas, adotando medidas que gerem o envolvimento destes com o meio ambiente e com eficiência de lidar com suas dificuldades diárias. Vale ressaltar que a adaptação física das escolas é fundamental, já que a dificuldade de locomoção dos alunos gera constrangimentos e dificulta o acesso destes a diferentes ambientes de atividades dos alunos.

2.2.3 As condições de acessibilidade para os cadeirantes

Segundo a Lei de nº 10.098/2000 acessibilidade pode ser definida como a possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia, de todo e qualquer espaço, bem como de todo e qualquer equipamento, transporte, informação e comunicação, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona rural como na urbana, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Vale ressaltar que atualmente há inúmeras normas que promovem e garantem a acessibilidade nas edificações, transporte e sistemas de comunicação A NBR 9050 (ABNT, 2021) que regulamenta a acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, é uma das mais recentes, sendo de extrema importância estas considerações na construção de novos prédios que tem como objetivo tornar os espaços urbanos mais acessíveis e inclusivos. A fim de garantir a aplicação desta norma a fiscalização é feita pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e órgãos municipais de licenciamento, sendo promovida pelo Decreto 5.296 de 2004.

De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2021) quanto aos aspectos físicos os ambientes precisam contar para serem acessíveis com área de circulação com largura de deslocamento em linha reta de pessoas com cadeiras de rodas de no mínimo 0,90 m. Já as áreas de manobra sem deslocamento deve contar com 1,20 m x 1,20 m para rotação de 90°, área de 1,50 m x 1,20 m para rotação de 180° e para a rotação da

cadeira em 360° deve ser considerado um círculo com diâmetro de 1,50 m. Além disso deve ser considera corrimãos com altura de 0,70 m e 0,92 m, vãos de porta com no mínimo 0,80 m. Segundo a norma os banheiros devem estar localizados em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, sendo previsto a quantidade de 5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo um para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários, além disso deve ser garantido área de circulação com o giro de 360°, lavatório sem coluna ou com coluna suspensa com altura frontal livre na superfície inferior e barras de apoio dentro dos boxes.

2.3 Inclusão social

O Capítulo III, art. 4º, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, diz que é dever do Estado “garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

2.3.1 Conceitos

Por volta dos anos 70, os alunos “começaram a frequentar as classes comuns, devido ao surgimento de propostas de integração, que demonstravam novas possibilidades educacionais e avanços dos estudos nas áreas de Pedagogia e Psicologia” (SASSAKI, 1998 *apud* NOVAK, 2015, p. 27). Assim, foi possibilitado a esses alunos serem incluídos no ensino regular, permitindo com isso a mudança de paradigmas educacionais e exigindo planejamento, formação especializada dos professores e avaliações adequadas a todos os alunos.

A Lei nº 10.172 de 2001, instituiu o Plano Nacional de Educação, que determina que a inclusão de portadores de deficiência se dá através “da qualificação dos professores e da adaptação das escolas quanto as condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos”, logo “[...] a educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino” (BRASIL, 2001 *apud* NOVAK, 2015, p. 28). Vale ressaltar que é essencial a conscientização social sobre a importância da inclusão social e o interesse das escolas em aplicarem as recomendações. Sobre esse assunto, Dessen e Polonia (2017), *apud* PRIMO (2011, p. 40) afirmam também que,

As escolas deveriam investir no fortalecimento das associações de pais e mestres no conselho escolar, dentre outros espaços de participação, de modo a propiciar articulação da família com a comunidade, estabelecendo relações mais próximas. A adoção de estratégias que permitam aos pais acompanharem atividades curriculares da escola, beneficiam tanto a escola quanto a família. (DESSEN E POLONIA, 2017, *apud* PRIMO, 2011, P.40).

Mesmo as leis garantindo aos cadeirantes de frequentar as escolas, ainda há obstáculos que impossibilitam essas pessoas de ter o acesso e as escolas públicas têm barreiras que dificultam a inclusão destes alunos. Segundo Bolonhini Junior (2004 *apud* NOVAK, 2015, p. 31), a “acessibilidade significa a possibilidade de acesso do portador de necessidade especial, mas não apenas de seu acesso físico aos locais e, sim, antes, de seu acesso ao desenvolvimento sadio de sua personalidade com vistas à garantia de sua dignidade”.

3 METODOLOGIA

3.1 Linha e tipo de estudo

O estudo se enquadra na linha de pesquisa de Educação Física, Práticas Pedagógicas e Sociais, na qual os objetivos de estudos segundo NEPEF (2014, p.9)

vinculam-se às relações constituídas entre a Educação Física e as metodologias de ensino aplicadas no âmbito escolar e não escolar, assim como a gestão destes espaços de intervenção. Estabelece o debate sobre o corpo, a cultura, o lazer, a história, entre outros temas que possibilitem a contextualização mais ampla desta área de conhecimento, analisando-a através das influências da sociedade sobre os diferentes temas da cultura corporal. (NEPEF, 2014, P.9)

A pesquisa se classifica como bibliográfica. Para Macedo (1994, p. 13) a pesquisa bibliográfica “consiste numa espécie de ‘varredura’ do que existe sobre um assunto e o conhecimento dos autores que tratam desse assunto, a fim de que o estudioso não ‘reinvente a roda’”. Para Lima e Mioto (2007, p. 39) “o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re) construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade”.

Assim, para o presente trabalho será realizado o estudo bibliográfico em diferentes materiais, usando no trabalho a linha de pesquisa da Educação Física, Práticas Pedagógicas e Sociais, uma vez que o tema se relaciona com a inclusão de cadeirantes em escolas, isto é, englobado em temas sociais.

3.2 Procedimentos e técnicas metodológicas

A fim de discorrer sobre a importância da inclusão de cadeirantes serão utilizados descritores na língua portuguesa, como cadeirantes, educação física inclusiva, educação física, deficiência, limitações, acessibilidade, na perspectiva de encontrar em fontes de pesquisas como Google Acadêmico, Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), repositórios de faculdades, como Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica, além da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), artigos que venham contribuir para o desenvolvimento desse estudo

trazendo considerações e possibilidades de discussão que possam responder ao objetivo inicial e a problemática levantada.

3.2.1 Técnica e Procedimento de coleta de dados

Dentro dos critérios de inclusão para esse estudo, incluindo apenas artigos em português, dentro de um recorte temporal de 20 anos, incluindo os descritores Cadeirantes, Educação física e inclusão, foram encontrados e analisados 20 artigos com essa mesma temática envolvendo a inclusão de alunos cadeirantes nas aulas de educação física do ensino médio. Após a leitura dos resumos destes, foram selecionados 17 para ser feita uma leitura na íntegra e daí foram escolhidos 10 artigos para este estudo.

A seguir será apresentado em forma de tabela os resultados obtidos após a análise e leitura, onde apresenta-se as contribuições para a discussão da problematização e dos objetivos inicialmente propostos neste estudo, organizados em ordem cronológica conforme a tabela 1.

3.3 Resultados

Tabela 1 – Resumo de Artigos

Autores	Tema	Metodologia	Objetivo	Resultado	Conclusão
SOUZA, Maurina Aparecida Ferreira. SILVA, Ronaldo Rodrigues da, 2007.	Análise perceptiva dos cadeirantes alunos nas aulas de educação física em escola pública do DF.	Trata-se de uma pesquisa de campo, com uma amostra de 25 alunos nas escolas públicas das regiões de Samambaia, Taguatinga, Riacho Fundo, Recanto da Emas e Ceilândia.	Apontar fatores que interferem nas aulas de Educação Física escolares para alunos cadeirantes na rede pública no DF.	Obteve-se como resultado que a participação dos alunos cadeirantes nas aulas de educação física é de menos da metade dos alunos. Sobre o interesse de todos os alunos, incluindo os não cadeirantes, 84% responderam gostar das aulas, sendo que 56% dos	Apesar de gostarem da escola, a participação das aulas dos alunos com deficiência é baixa, não estando estes alunos satisfeitos.

				alunos acham que as aulas não são planejadas para atender a todos os alunos. Dos alunos 68% considerou que já se sentiram excluídos das aulas. O acesso as dependências das escolas foram consideradas fáceis por 64% e a mesma porcentagem declarou que poderiam ser feitas algumas alterações na estrutura.	
PRIMO, Divina Pereira, 2011.	Inclusão de alunos cadeirantes: perspectivas e desafios após o decreto 6.571/2008.	Trata-se de uma pesquisa de campo, com aproveitament o social, com uma amostra de 10 pessoas, em uma escola pública do município de Alexânia.	Investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008.	Após o Decreto houve alterações em parte da estrutura física da escola e na formação de um professor.	Apesar das alterações pode-se concluir que a escola ainda conta com alguns desafios, principalmente no que diz respeito a formação de profissionais.
CÂNDIDA, Elisa. RIOS, Greziela, 2012.	Inclusão social: o trabalho com o aluno cadeirante nas brincadeiras e nas aulas de educação física na ensino fundamental.	Pesquisa bibliográfica, realizada em São Paulo.	Analisar e discutir a questão do deficiente físico, em especial o aluno cadeirante, e como o professor de Educação Física pode integrar esses alunos com os colegas nas atividades físicas.	Obteve como resultado artigos, livros e revistas sobre o assunto que possibilitaram a apresentação de brincadeiras lúdicas que estimulam o movimento, a percepção, raciocínio e exploração dos sentidos.	Concluiu-se que o professor que faz a inclusão conta com alguns obstáculos como estrutura física, pressão de pais e gestão educacional pouco interessada. Entretanto, é um trabalho satisfatório e gratificante.
XAVIER, Eliane Maria, 2013.	A importância das atividades físicas regulares	Estudo de caso, realizado na Escola Estadual de Ensino	Analisar a situação vivenciada pelos cadeirantes,	Obteve como resultado que a escola conta com um ambiente	O autor concluiu que a escola oportuniza o conhecimento e a importância

	adaptadas para cadeirantes nas aulas de educação física.	Fundamental José de Castro Pereira na cidade de Machadinho do oeste, contando com a participação de alunos, professores, fisioterapeuta, psicóloga, pedagoga e mãe de aluno.	nas aulas de Educação Física.	escolar adequado e uma equipe multidisciplinar preparada.	das atividades físicas para os alunos cadeirantes.
GRUBANO , Everson Cardoso, 2014.	O esporte adaptado como fator de inclusão social para pessoas com deficiência física.	Foi realizado uma pesquisa de campo, com seis atletas amadores residentes do município Criciúma, Santa Catarina.	Investigar a influência do esporte adaptado na inclusão de pessoas com deficiência física na sociedade.	Obteve-se como resultado que metade dos entrevistados são do sexo masculino e que a mesma porcentagem apresenta deficiência adquirida. Enquanto que a outra metade apresenta deficiência congênita. Todos os participantes declararam ter influência de outras pessoas ou da família para se sentirem motivados. Além disso, os participantes declararam que o esporte adaptado trouxe bastante benefícios na vida diária, se sentem prestigiados ao participarem das competições e que o esporte é uma importante ferramenta na	Concluiu-se que o esporte adaptado traz a oportunidade para que o grupo se sinta inserido e incluído na sociedade.

				inclusão social.	
SLOBOJA, Rosenilda, 2014.	A acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de Goioerê: superando as barreiras na educação.	Pesquisa de campo, realizado com oito responsáveis pelas instituições de ensino do município de Goioerê, estado do Paraná.	Verificar como as escolas públicas estaduais se adequam a realidade dos cadeirantes.	A autora observou como resultado que os cadeirantes são excluídos ou recebem um tratamento inadequado.	Concluiu-se que a maioria dos estabelecimentos escolares entrevistados não possuem estruturas e acesso adaptados.
MANTA, Sofia Wolker. FREITAS, Soraia Napoleão, 2014.	educação Física e inclusão: como faço para contar os pontos?	Foi realizada um estudo de campo, com duas alunas e suas respectivas professoras de educação física em uma Escola Estadual do interior do RS.	Identificar atitudes de alunas com deficiência física cadeirante para a participação em aulas de Educação Física.	Foi observado como resultado uma atitude positiva das alunas, pois reconheciam suas capacidades independentes à deficiência, além disso observou que não havia ações pedagógicas voltadas para estas alunas.	Concluiu-se que os professores não estavam preparados para proporcionar atividades inclusivas, apesar da atitude positiva das alunas.
PAZ, Márcia Denise Ribeiro, 2015.	Alunos cadeirantes: experiências docentes em educação física.	Tratou-se de um estudo de campo, com uma amostra de cinco professores das Escolas públicas estaduais e municipais da cidade de Caçapava do Sul, no Rio Grande do sul.	Compreender como professores de Educação Física no Ensino Fundamental trabalham com alunos cadeirantes.	Obteve-se como resultado a constatação do despreparo dos professores, as más condições físicas e ausência de políticas públicas para sanar as dificuldades em relação a inclusão na escola.	Concluiu-se que é necessária maior capacitação para trabalhar com alunos cadeirantes, além de buscarem suporte no Sistema Educacional como um todo.
SCARDUA, Eliete Rodrigues Pereira. BENTO, Roziane Porcino.	A inclusão do (a) aluno (a) cadeirante nas aulas de educação física em São Mateus – ES.	Utilizou-se o método da pesquisa de campo e qualitativa, com amostra de professores	Investigar como ocorre a inclusão dos alunos cadeirantes nas aulas de	Obteve-se como resultado que os alunos encontram dificuldade de acesso em	Concluiu-se que a inclusão acontece em parte na escola pesquisada, especialmente nas aulas de

BARROS, Simone, 2018.		na escola pública do Município de São Mateus.	Educação Física.	determinados ambientes das escolas. Falta de incentivo dos professores.	educação física, contudo falta o desenvolvimento de meios mais interessantes de envolver os alunos. Além disso, a escola não está adequada completamente para o acesso dos alunos.
ROCHA, Mayke Gonçalves, 2020.	A inclusão do cadeirante nas aulas de educação física escolar para ensino médio.	Pesquisa bibliográfica, em livros, dissertações, teses, artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso disponíveis no Google acadêmico e SciELO.	Analisar os aspectos pedagógicos em relação à educação especial.	O autor obteve como resultado que a individualidade e de cada aluno deve ser considerada e que a educação é um importante meio para melhora no desempenho dos alunos cadeirantes.	O autor Pode concluir que a inclusão do aluno deficiente no contexto escolar estimula a transformação educacional e demanda novas posturas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Fonte: Próprio Autor

3.3.1 Análise e Considerações

O primeiro artigo, de Souza *et al.* (2007), sob o tema “Análise perceptiva dos cadeirantes alunos nas aulas de educação física em escola pública do DF”, traz como resultado que nem todos os alunos participam das aulas de educação física, o que nos leva a observar que os objetivos da BNCC não vem sendo atendidos, quando diz que educação física é responsável por enriquecer a experiência dos alunos, compreendendo condições emotivas, lúdicas que possam permitir a participação em atividades de lazer com satisfação. Isso pode ser comparado às palavras de Alencar (2014) que afirma que a partir do momento que o cadeirante tem dificuldades de interagir e usufruir do ambiente, é sinal de que o mesmo se encontra inadequado para utilização.

O segundo artigo, de Primo (2011), sob o tema “Inclusão e alunos cadeirantes: perspectivas e desafios após o decreto 6.571/2008” teve como resultado que após o decreto houve alterações em parte da estrutura física de uma escola no município de Alexânia e a formação de um professor. Tal resultado nos faz refletir que o decreto

ainda não consegue abranger todos os aspectos inerentes à acessibilidade dos alunos cadeirantes. Esse assunto é tratado pelo autor Pereira (2013) que afirma que para a consolidação de uma escola inclusiva, é necessário muito a se construir ainda, pois foram dados apenas os primeiros passos na consciência e respeito à diversidade.

O terceiro artigo de Cândida *et al.* (2012), sob o tema “Inclusão social: o trabalho com o aluno cadeirante nas brincadeiras e nas aulas de educação física no ensino fundamental” tem como resultado a apresentação de brincadeiras ou atividades lúdicas que estimulam o movimento, a percepção, raciocínio e exploração dos sentidos. Isto faz com que consideremos a importância da aplicação de diferentes metodologias para que a inclusão ocorra de forma efetiva e possibilite o desenvolvimento de habilidades de todos os alunos, sendo neste caso importante a formação adequada dos professores. De acordo com Souza *et al.* (2009) a formação dos professores torna-se fundamental para a efetividade do processo de inclusão educacional, ainda segundo o autor as concepções dos professores podem ser determinantes em suas atitudes, assim como a formação pode intervir em suas atitudes.

Para Xavier (2013), que é o quarto artigo em estudo sob o tema “A importância das atividades físicas regulares adaptadas para cadeirantes nas aulas de educação física” é um estudo de caso que obteve como resultado que a escola conta com um ambiente escolar adequado e uma equipe multidisciplinar preparada. O que nos faz considerar que as leis e iniciativas sociais podem ter seus objetivos atendidos de acordo com o contexto de cada escola e disposição dos docentes, corpo administrativo das escolas e iniciativas políticas em tornar as escolas acessíveis e permitir desta forma a inclusão e o desenvolvimento de habilidades por estes alunos. Para Cândida *et al.* (2012) o ambiente escolar é um ambiente de interação de uns com os outros, permitindo o convívio e a participação para aprendizado de novas habilidades, dependendo então da disponibilidade e interesse de cada instituição.

O quinto artigo, de Grubano (2014) sob o tema “O esporte adaptado como fator de inclusão social para pessoas com deficiência física” é um estudo de caso no município de Criciúma, obteve como resultado que a família foi um importante fator na motivação, além de afirmarem que o esporte adaptado trouxe grandes benefícios na vida diária sendo de grande importância para a inclusão social. O que nos faz confirmar o quanto o esporte é fundamental na vida de pessoas cadeirantes, uma vez que oportuniza a inclusão social e o desenvolvimento de habilidades motoras que

facilitam a vida cotidiana destas pessoas, de forma integral. Isso pode ser comparado as palavras de Cardoso (2011) ao afirmar que o desporto é um importante meio para a reabilitação física, psicológica e social de pessoas com algum tipo de deficiência, assim através do desporto adaptado estamos proporcionando condições para que essa população também se reconheça como ser humano e busque seu desenvolvimento de forma lúdica e prazerosa.

O sexto artigo, de Sloboja (2014) com o tema “A acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de Goioerê: superando as barreiras na educação”, trouxe como resultado que os cadeirantes são excluídos ou recebem um tratamento inadequado, o que nos faz refletir sobre quais são os desafios que precisam ser superados no processo de inclusão social. O que pode ser comparado às palavras de Franco *et al.* (2016) ao afirmar que ainda existem dificuldades a serem superadas no processo de inclusão social, uma vez que inserir os alunos com deficiência em escolas regulares, pode não atender às suas necessidades e isso não é inclusão.

O sétimo artigo de Manta *et al.* (2014) sob o tema “Educação Física e inclusão: como faço para contar pontos?” traz como resultado uma atitude positiva das alunas pois reconheciam suas capacidades independentes à deficiência, além de terem como resultado que não havia ações pedagógicas voltadas aos alunos cadeirantes. Isto nos faz considerar que não são todas as escolas que possuem projetos pedagógicos voltados aos alunos cadeirantes ou que não possuem estruturas físicas adequadas. Segundo Santos (2011) muitos cadeirantes ainda estão à margem da sociedade, por não terem na prática seu direito de ir e vir do ponto de vista da acessibilidade assegurado, além de uma educação de qualidade, que respeite e valorize as individualidades de todo e qualquer aluno.

O oitavo artigo de Paz (2015) com o tema “Alunos cadeirantes: experiências docentes em educação física” trouxe como resultado a constatação do despreparo dos professores, as más condições físicas e materiais e ausência de políticas para sanar as dificuldades em relação a inclusão na escola, o que confirma que a inclusão escolar ainda não é uma realidade de todos os alunos brasileiros. Para Costa *et al.* (2014) considera que a acessibilidade como uma via de acesso à cidadania, tem sido historicamente negada aos deficientes em geral.

O nono artigo de Scardua *et al.* (2018) sob o tema “A inclusão do (a) aluno (a) cadeirante nas aulas de educação física em São Mateus – ES” traz como resultado

que os alunos encontram dificuldades de acesso em determinados ambientes das escolas, além da falta de incentivo dos professores. Isto nos faz refletir que a acessibilidade física nas escolas é um importante fator para facilitar a inclusão dos alunos. Para Pereira (2013) constatou-se que as escolas ainda apresentam barreiras arquitetônicas e atitudinal que dificultam a acessibilidade dos alunos com necessidade especiais.

Por último, o artigo de Rocha (2020) tem como tema “A inclusão do cadeirante nas aulas de educação física escolar para ensino médio” e obteve como resultado, que a individualidade de cada aluno deve ser considerada e que a educação é um importante meio para melhorar no desempenho dos alunos cadeirantes. O que nos leva a concluir que a educação inclusiva é muito importante na vida destes alunos por ser capaz de trazer inúmeros benefícios. Isso pode ser comparado às palavras de Souza *et al.* (2009) que afirma que a participação dos alunos cadeirantes nas aulas pode trazer muitos benefícios, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa realizou a discussão sobre a educação inclusiva para cadeirantes atingindo os objetivos propostos. Ao longo da pesquisa a maior dificuldade enfrentada foi a ausência de trabalhos que apresentam como resultado a total inclusão dos alunos, contudo este fato não impossibilitou o estudo.

Através do estudo foi possível constatar que após o Decreto nº 6.571/2008 foi garantido aos alunos cadeirantes o direito de ir para a escola e terem a educação equivalente aos outros alunos. Logo, pode-se verificar que as escolas buscaram se adaptar tanto fisicamente quanto pedagogicamente para melhor atenderem ao grupo.

No entanto, há ainda a existência de alguns desafios como a dificuldade de locomoção dos alunos em decorrência de aspectos físicos da escola, a ausência de salas com recursos multifuncionais, as dificuldades por parte dos professores que não contam com a formação continuada para o atendimento especializado e a ausência de propostas pedagógicas que incentivam a inclusão social, isto é, inserir os alunos nas escolas não significa necessariamente que as necessidades destes estão sendo atendidas, o que confirma que a inclusão não ocorre em todas as escolas.

Para melhor atender os alunos cadeirantes foi constatado que são necessárias o preparo dos professores por meio da educação continuada e atualização dos currículos através de cursos e palestras sobre o tema, sendo o corpo administrativo das escolas e iniciativas de políticas públicas, um importante fator motivador desses profissionais. Além disso, a escola deve dispor de equipamentos e materiais que possibilite o trabalho do professor com estes alunos.

Quanto aos aspectos físicos a escola precisa contar com ambientes acessíveis com rampas e pisos nivelados, corrimãos com duas alturas de 0,70 m e outro de 0,92 m, portas com vão mínimo de 0,80 m sendo as maçanetas de alavanca. O banheiro da escola deve contar com 5% dos sanitários adaptados, sendo pelo menos um feminino e um masculino, deve contar também com barras de apoio, vasos sanitários, pias adaptadas com altura adequadas para os cadeirantes. Deve-se contar com lousas nas salas de aula a uma altura inferior a 0,90 m do chão, bebedouros, mesas de estudo e refeitórios adaptados, além disso a escola precisa contar com corredores largos e espaço suficientes para as manobras com a cadeira.

Os métodos mais indicados para que a inclusão seja adotada é incluir os demais alunos nas atividades e auxiliarem os colegas com necessidades especiais,

isto faz com que seja gerado o sentimento de empatia e os próprios alunos se empenhem em buscar melhorias para os colegas cadeirantes. Para que isto ocorra, podem ser propostas atividades e brincadeiras lúdicas que explorem a percepção e respeito às limitações dos colegas, atividades que busquem igualar a capacidade de todos possibilitando assim a competição de forma igualitária, serem promovidos trabalhos que permita aos demais alunos conhecerem mais sobre o tema e propostas de soluções que facilitariam o cotidiano dessas pessoas.

Apesar das dificuldades, verificou-se que as escolas buscaram realizar a inclusão dos alunos nas aulas, incentivando-os e buscando estimular o respeito e coletivismo entre os alunos. Vale ressaltar que o processo inclusivo é gradual e demanda da participação da escola e da família, que aliadas conseguem melhores resultados e a melhora na qualidade de vida destes alunos. Logo, o estudo do assunto e desenvolvimento de pesquisas sobre o tema permite que seja gerada a reflexão e avaliação acerca do tema, permitindo com isto que o processo inclusivo seja cada vez mais presente na vida de todos os alunos e que todas as barreiras físicas e pedagógicas sejam superadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 161. 2021.

ALENCAR, Vera Lucia Lopes; COLOMBO, Silene; COSTA, Pedro Henrique Alves da; BARBOSA, Roger William Amaral; CESARINO, Bruno Barreto; FREITAS, Isa Omena Machado de. Normas jurídicas de acessibilidade da pessoa cadeirante ou com mobilidade reduzida. In: **5ª Jornada de Iniciação científica e Extensão**, 2014, Tocantins.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2017. Disponível em:< http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 07 set 2021.

BRASIL. Decreto Nº 5.296, 2004. **Lei brasileira de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 08 de abril de 2021.

BRASIL. Lei Nº 9.394, 1996. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 07 set 2021.

BRASIL. Lei Nº 10.098, 2000. **Normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 07 set 2021.

BRASIL. Lei Nº 10.172, 2001. **Lei brasileira do plano nacional de educação e dá outras providências. 2001**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 25 fev 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.146, 2015. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência)**, 2015. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=L13146&text=LEI%20N%C2%BA%2013.146%2C%20DE%206%20DE%20JULHO%20DE%202015.&text=Institui%20a%20Lei%20Brasileira%20de,Estatuto%20da%20Pessoa%20com%20Defici%C3%Aancia>. Acesso em: 25 fev 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CÂNDIDA, Elisa. RIOS, Graziela. Inclusão Social: o trabalho com o aluno cadeirante nas brincadeiras e nas aulas de educação física no ensino fundamental. **Revista Acta Científica**, V. 21, n. 1, p. 41-74. São Paulo, 2012

CARDOSO, Vinícius Denardin. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira Ciência Esporte**, V. 33, n. 2. Florianópolis, 2011.

COSTA, Alberto Martins; SOUZA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2014.

COSTA, Marisa Fernanda Leão da. SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de. Acessibilidade e inclusão de cadeirantes na Universidade Federal do Pará. **Revista Ibero-Americana de estudos em educação**. V. 9, n. 2. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. rev. Ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Camila de Ávila. **Estratégias pedagógicas de professores de educação física com alunos com deficiência**. Trabalho de conclusão de curso de especialização em educação especial e processos inclusivos. Porto Alegre, 2012.

FRANCO, Marta Amâncio. FRANCO, André Amâncio. Inclusão escolar: o aluno na rede regular de ensino e a deficiência. **Revista científica Eletrônica Intr@ciência**. Guarujá, 2016.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa – Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p.20-29, 1995.

GRUBANO, Everson Cardoso. **O esporte adaptado como fator de inclusão social para pessoas com deficiência física**. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Santa Catarina, 2014.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência**. 2010. Disponível em:< <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/19622-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 25 fev 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. Especial, p. 37-45, 2007. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-pro49802007000300004&script=sci_arttext> Acesso em: 09 de abril de 2021.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MANTA, Sofia Wolker. FREITAS, Soraia Napoleão. Educação Física e Inclusão: como faço para contar os pontos?. **Revista da Sobama**, V. 15, n. 2, p. 37-40. Marília, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

MOGI DAS CRUZES. Prefeitura de Mogi das Cruzes. **O que é deficiência?** 2021. Disponível em:<https://www.mogidascruzes.sp.gov.br/pagina/coordenadoria-da-pessoa-com-deficiencia/o-que-e-deficiencia#:~:text=As%20v%C3%A1rias%20defici%C3%A2ncias%20podem%20agrupar,ou%20tratamento%20cl%C3%ADnico%20ou%20cir%C3%BArgico..> Acesso em: 27 fev 2021.

NOVAK, Maria Fernanda Costa. **A importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas**. Irati, 2015.

NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA (NEPEF). **Projeto do núcleo de estudo e pesquisa em educação física**. Educação Física, Escola de Professores e Humanidade. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2014.

PAULA, Fernanda Pedrosa de. Estratégias pedagógicas para a Educação Física inclusiva. **Diversa educação inclusiva na prática**, 2015. Disponível em:< <https://diversa.org.br/artigos/estrategias-pedagogicas-para-a-educacao-fisica-inclusiva/> >. Acesso em: 08 de abril de 2021.

PAZ, Márcia Denise Ribeiro. **Alunos cadeirantes: Experiências docentes em educação física**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

PEREIRA, Murilo Luciano. **Acessibilidade arquitetônica para cadeirantes na rede estadual e municipal de educação em Mineiros**. Universidade Federal de Goiás. Mineiros, 2013.

PRIMO, Divina Pereira. **Inclusão de alunos cadeirantes: perspectivas e desafios após o decreto 6.571/2008**. Brasília, 2011.

ROCHA, Mayke Gonçalves. **A inclusão do cadeirante nas aulas de educação física escolar para ensino médio**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2020.

SANTOS, Marcelo Pereira dos. **A inclusão escolar de alunos cadeirantes: uma questão de acessibilidade**. Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2011.

SCARDUA, Eliete Rodrigues Pereira. BENTO, Roziane Porcino. BARROS, Simone. **A inclusão do (a) aluno (a) cadeirante nas aulas de educação física em São Mateus – ES**. Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus, 2018.

SILVA, Thiago Danillo da. Et al. Análise da prática de atividade física em cadeirantes: uma revisão de literatura. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. ano 03, ed. 02, v. 04, p. 109-123, 2018. Disponível

em:<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/analise-da-pratica>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/analise-da-pratica>. Acesso em: 05 mar 2021.

SLOBOJA, Rosenilda. **A acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas públicas estaduais de Goioerê: superando as barreiras na educação.** Universidade Tecnológica do Paraná. Medianeira, 2014.

SOUZA, Greicy Kelly Pereira de. BOATO, Elvio Marcos. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores. **Educação física em revista**, V. 3, n. 2. Brasília, 2009.

SOUZA, Maurina Aparecida Ferreira. SILVA, Ronaldo Rodrigues da. **Análise perceptiva dos cadeirantes alunos nas aulas de educação física em escola públicas do DF.** Universidade Católica de Brasília – UCB. Brasília, 2007.

XAVIER, Eliane Maria. **A importância das atividades físicas regulares adaptadas para cadeirantes nas aulas de educação física.** Ariquemes - Rondônia, 2013.

ANEXO 1

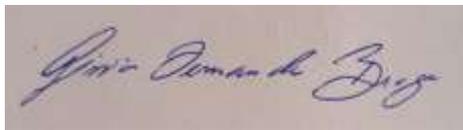
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO
ACADÊMICA**

Eu, GESSICA FERNANDES BRAGA, estudante do Curso de Licenciatura em Educação Física, Matrícula número 20161004901980, telefone: (62) 62994189967, e-mail: gessicagessiquinha2015@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autorizo a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND)•, Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT)•, outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 9 de dezembro de 2021.

Nome completo do autor: GESSICA FERNANDES BRAGA

Assinatura do(s) autor(es):



Nome completo do professor-orientador: LUIZA DE MARILAC RIBEIRO CARDOSO

Assinatura do professor-orientador:



Goiânia, 9 de dezembro de 2021.